

Agasalho e sustento dessa gente: saúde e imigração no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX

Warm and support of these people: health and immigration in Rio de Janeiro of the 19th century

Victor da Costa Santos*

Resumen

O presente artigo visa apresentar algumas das fontes que permitiram rastrear uma das facetas da importância atribuída ao tratamento dos imigrantes que desembarcam no território brasileiro na segunda metade do século XIX. Pensando na relação entre política migratória e saúde no período delimitado, foram objetos de estudo as hospedarias da Ilha do Bom Jesus, do Morro da Saúde e da Ilha das Flores, a fim de compreender o que foi realizado em termos sanitários e assistenciais para recepcionar e acolher estes imigrantes na Corte e na Província do Rio de Janeiro antes de irem para o seu destino final. Através de relatórios ministeriais e periódicos do período, buscou-se apresentar as "ordens" que geraram estes locais de recepção e acolhimento de imigrantes levando-se em consideração as nuances da imigração e os contextos de insalubridade no período de proeminente fim da escravidão.

Palabras-clave: Imigração; saúde; hospedarias de imigrantes

Abstract

The present article aims to present some of the sources that allowed tracing one of the facets of the importance given to the treatment of immigrants who landed on Brazilian territory in the second half of the nineteenth century. Thinking about the relationship between immigration policy and health in the defined period, we studied the hostels at Ilha do Bom Jesus, Morro da Saúde and Ilha das Flores, in order to understand what was done in terms of health and welfare to receive and welcome these immigrants at the Court and in the Province of Rio de Janeiro before they went to their final destination. Through ministerial reports and periodicals of the period, we sought to present the "orders" that managed these places of reception and reception of immigrants, taking into account the nuances of immigration and the contexts of insalubrity in the period of the prominent end of slavery.

Keywords: Immigration; health; immigrant inn

*Universidade Estadual de Campinas. E-mail: victorhistoria7@gmail.com

Introdução

A relação entre imigração e saúde foi um tema que demorou a ganhar a devida atenção no âmbito historiográfico brasileiro. Com a crise dos grandes modelos explicativos de diferentes processos históricos, o tema da imigração passou a se apresentar como frutífero para novas perspectivas a serem exploradas, o que fez com que novas abordagens fossem realizadas sobre esse tema.

Os avanços nos estudos sobre a saúde em perspectiva histórica coadunaram com essa crise dos grandes modelos explicativos, estreitando as possibilidades de se estudar a relação entre saúde e imigração. Um desses exemplos é a tese de Fernanda Rebelo, *A travessia: imigração, saúde e profilaxia internacional (1890-1926)*, em que a autora estudou a experiência das viagens realizadas pelos imigrantes europeus para a América no final do século XIX e início do XX, investigando as questões sanitárias suscitadas por tais, como as condições de saúde dentro dos navios, o encontro dos imigrantes com o Serviço Sanitário do Porto do Rio de Janeiro e as respostas dadas pela saúde pública às doenças como a cólera, a peste bubônica e a febre amarela entre os anos de 1890 a 1926 (REBELO, 2010).

Todavia, ainda existem lacunas a serem preenchidas sobre esse tema, sobretudo, sobre a relação deste com as questões concernentes à saúde. Justificamos assim a escolha por analisar locais de recepção e acolhimentos de imigrantes criados na segunda metade do século XIX no Brasil. Mais especificamente as hospedarias que foram criadas ou apoiadas pelo governo imperial na província e Corte do Rio de Janeiro, local de entrada de muitos imigrantes dada à relevância do porto e de ser a capital da Corte, mas que também apresentava-se como uma região insalubre, ganhando a denominação de “cemitério dos imigrantes”, como destacou Sidney Chalhoub(1993).

Cara para entender a relação entre saúde e imigração foi a compreensão de diferentes formas de abordagens dos conceitos relacionados aos deslocamentos populacionais e ao campo da saúde. Pensando saúde para além do aspecto biológico e como uma condicionante e determinante histórico e social, Gilberto Hochman, Paula Xavier dos Santos e Fernando Pires-Alves a caracterizam como uma construção, influenciando nas demais construções dos elementos de uma sociedade como as identidades nacional, étnica, racial, geracional e de gênero, cabendo aos historiadores um papel de formulação de questões mais amplas no intuito de desnaturalizarem os fatos e reconstruírem os processos sociais e os caminhos da saúde pública. Para tais autores, essa abordagem:

(...) focaliza o poder, o Estado, as políticas, as instituições e os profissionais de saúde, o impacto das intervenções sanitárias nas tendências das taxas de morbidade e mortalidade e as

respostas públicas e sociais a chamada transição epidemiológica. Está particularmente atenta às relações entre instituições de saúde e estruturas econômicas, sociais e políticas (HOCHMAN; SANTOS; PIRES-ALVES, 2004: 41).

Por sua vez, a imigração não pode ser mais entendida sobre o binômio dos fatores de repulsão e atração. Os movimentos migratórios devem ser pensados como circunscritos e condicionados por fatores múltiplos dos contextos “geopolíticos internacionais e nacionais, como o das crises econômico-políticas, das guerras, dos governos autoritários e ditatoriais, dos desastres ambientais, das mudanças nas políticas de controle de fronteiras e de entrada de imigrantes em cada espaço nacional. (MACHADO, 2019: 1). De acordo com Odair da Cruz Paiva, se por um lado, os deslocamentos populacionais podem ser compreendidos a partir de perspectivas macroestruturais, ou seja, o deslocamento de homens, mulheres e crianças como resultado de determinações econômicas e políticas para além das experiências de vida desses sujeitos, por outro, a imigração também pode ser entendida como resposta à questões e problemas que estão no cotidiano das pessoas, na subjetividade, que faz com que esses indivíduos e grupos optem pelo deslocamento (PAIVA, 2013).

Fontes

Ao analisarem os contextos de Brasil e Argentina entre 1890 e 1930, Maria Silvia Di Liscia e Fernanda Rebelo apresentaram uma proposta de como trabalhar com as fontes que possibilitariam estabelecer a relação entre saúde e imigração (DI LISCIA; REBELO-PINTO, 2018). As autoras acreditam que no Brasil, para compreender a interseção entre imigração e saúde ao nível de ações governamentais, é necessário recorrer a determinadas documentações como os relatórios e informes ministeriais feitos pelos funcionários e enviados aos presidentes, os anexos dos informes das repartições relacionadas à saúde pública, possibilitando a relação com a política imigratória- como do Serviço de Higiene Marítima, da Inspeção de Saúde dos Portos, do Serviço de Profilaxia da Febre Amarela, dos Hospitais Marítimos, dos alojamentos e lazaretos, entre outras instituições. Segundo as autoras, seriam as particularidades das fontes que permitiriam o tratamento quantitativo de tais de forma qualitativa, cabendo olhar especial para as documentações referentes às agências governamentais, à burocracia e aos atores relevantes como os funcionários e suas normas.

Pensando nessas particularidades, uma forma de nos debruçarmos sobre as documentações foi a partir da indexação com os nomes das hospedarias que são objetos do nosso estudo. A fim de ir além dos trabalhos que já as abordaram, visando uma compreensão mais singular, mas sem deixá-las à margem do contexto, foi essencial a documentação oficial produzida pelas instituições e órgãos subordinados ao Governo Imperial. Além desta documentação, utilizamos também como subsídios os relatórios da Secretaria de Estado dos

Negócios do Império e da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, e alguns periódicos do período delimitado que se encontram digitalizados na Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Outra fonte analisada na tentativa de estabelecer um diálogo entre as esferas médica e político-administrativa do período foi o *Regulamento provisório para a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores*, encontrado no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro¹.

Ainda que muitas das fontes sobre a rotina do funcionamento de tais hospedarias encontrem-se indisponíveis, buscou-se através das fontes citadas o rastreamento e a discussão sobre as “ordens” que geriram estes locais, a fim de compreender o que foi realizado em termos sanitários e assistenciais para recepcionar e acolher estes imigrantes antes de irem para o seu destino final. Compreender um pouco da dinâmica deste tema, ainda que no século XIX, é compreender significativamente estruturas que permeiam as sociedades contemporâneas. Estudar a imigração, mais especificamente as hospedarias de imigrantes em tal período é uma forma de revisitar o Brasil da segunda metade de tal século, e com os objetos da presente pesquisa, é estudar mais especificamente o Rio de Janeiro, a partir de uma diferente ótica sobre lacunas carentes de serem preenchidas.

Imigração e as questões assistencial e sanitária

A imigração e colonização andaram de mãos dadas durante o século XIX e o interesse em buscar braços para a lavoura, fora das terras brasileiras, se intensificou com o iminente fim da escravidão.

Ao estudar a formulação das hospedarias de imigrantes no final do século XIX, Hugo Segawa atribui-lhes como uma de suas funções a assistência ao imigrante até o seu encaminhamento para mão-de-obra para a lavoura ou para a colonização. Tal autor também destacou que esses espaços se constituíram como instalações arquitetônicas organizadas com uma infraestrutura de assistência médica e social, exercendo assim um papel parahospitalar (SEGAWA, 1989).

Abordando o contexto no Rio de Janeiro, Tânia Salgado Pimenta analisou como o Estado se posicionou em relação a saúde pública, enfatizando a reestruturação das iniciativas públicas e privadas. Ainda que o discurso oficial brasileiro sobre a assistência à saúde para o imigrante tenha sido muito mais presente na primeira metade do século XX, em consonância com a construção do projeto urbano e econômico do Estado (Marques; Afonso; Silveira, 2014), a assistência prestada na Santa Casa e nas hospedarias de imigrantes na segunda metade do século nos permitem considerar a relevância que tais instituições tiveram nesse contexto em que,

¹ REGULAMENTO provisório para a hospedaria de imigrantes da Ilha das Flores. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo PP. Notação: Pasta 479. Caixa 181. Maço 03. [s. d.].

mesmo não havendo um sistema de saúde regulamentado, a preocupação com a saúde do imigrante não passou despercebida.

Uma das formas de se perceber essa preocupação, pode estar no que Renato Gama-Rosa Costa apontou como o aprofundamento da relação entre história da assistência em saúde e a arquitetura, que nem sempre se mostra evidente (COSTA, 2011). Porém, segundo Costa, essa relação pode ser expressa na construção dos espaços para tratamento médico, sobretudo os hospitais e os sanatórios. O autor destacou a complexidade que passou a envolver as estruturas de saúde, principalmente depois do nascimento do hospital moderno, em fins do século XVIII.

Decerto é que medidas como ventilação dos quartos, o estabelecimento de uma distância saudável entre os leitos e a separação de atividades, como cirurgia e expurgo de material sujo e dejetos, eram medidas cada vez mais aceitas, inclusive no Brasil. Ainda que não aborde as hospedarias de imigrantes, o estudo de Renato Costa nos possibilita refletir sobre o caráter parahospitalar enfocado por Hugo Segawa ao trabalhar com a constituição das hospedarias. O isolamento, a desinfecção e a redução do mobiliário hospitalar ao mínimo, ainda que se constituam como medidas sanitárias não podem ser dissociadas em suas implicações e consequências do caráter assistencial realizado pela Santa Casa, e principalmente pelas hospedarias de imigrantes.

Todavia, ao estudarmos o contexto de criação de estruturas para a recepção desses imigrantes, sobretudo na segunda metade do século, percebemos como os interesses de particulares dialogaram com os interesses governamentais, haja vista as parcerias para a criação de associações, companhias e sociedades. Higienistas, fazendeiros de café e altos funcionários do Governo Imperial, que buscavam promover a vinda de estrangeiros saudáveis para serem colonos e trabalhadores livres no território brasileiro, conferiram muita atenção às doenças mais letais que acometiam a população, em particular aos estrangeiros que procuravam se estabelecer em terras brasileiras, quando, sobretudo, estes imigrantes começavam a galgar um significativo papel na economia brasileira, até então fundamentada em bases escravistas. Nessa ótica era preciso equilibrar as noções dos meios externo e interno, ou seja, sanear os ambientes para se obter uma melhor saúde do corpo, pois as condições de vida e de trabalho apresentadas então nas cidades, acumulando pessoas e estreitando os contatos, faziam com que aumentasse a ocorrência de epidemias.

De acordo com Dina Czeresnia, a segunda metade do século XIX foi um período em que medicina e política estreitaram sua relação, expandindo assim o movimento pela higiene dos espaços pautado em normas da saúde em que os médicos envolvidos relacionavam as doenças com o ambiente e com as relações sociais desiguais (CZERESNIA, 1997). Segundo a autora, desde o início do século XIX havia dois grupos que defendiam posições distintas em relação ao

contágio das doenças. Os contagionistas, que afirmavam que a doença se propagava individualmente de um para o outro e que estimularam práticas de controle e cerceamento. E os anticontagionistas que relacionavam as doenças à constituição atmosférica, enfatizando práticas de controle ambiental (CZERESNIA, 2000).

Assim como Czeresnia, Sidney Chalhoub destacou os debates em torno dos enfoques miasmático e bacteriológico das doenças, enfocando que no contexto de estabelecimentos de procedimentos e criação de serviços para a recepção e acolhimento de imigrantes, destacava-se a preocupação com a saúde destes indivíduos e as respectivas doenças que pudessem acometê-los (CHALHOUB, 1996). Na visão de Chalhoub, os médicos também foram responsáveis por apoiar o projeto imigratório quando ele passou a ter um viés higienista racista no final do século XIX e início do XX.

Chalhoub destacou também a posição do Governo Imperial frente às doenças, que acometiam o Município da Corte nesse período, a qual evidenciava a incidência da febre amarela junto à população negra e imigrante, e da tuberculose e varíola na população negra. Tal autor também destacou que estas duas últimas enfermidades foram pouco consideradas pelo poder público, se comparada com a atenção dispensada à febre amarela. A febre amarela teria recebido mais atenção, pelo fato que atingia, de forma mais expressiva, os imigrantes recém-instalados, justamente num momento em que os latifundiários se encontravam preocupados com a possibilidade de término da escravidão, o que acarretaria a necessidade de substituição da mão de obra dos negros escravos pela dos imigrantes (CHALHOUB, 1993).

Nesse sentido, o estudo dos aspectos sanitários e assistencialistas das hospedarias de imigrantes, criadas ou apoiadas pelo Governo Imperial é relevante para o entendimento da saúde pública no país no período em questão. Tal estrutura incluiu os órgãos promotores da imigração, os serviços de controle sanitário no desembarque, e os órgãos de acolhimento e encaminhamento dos imigrantes aos seus respectivos destinos.

Madel Therezinha Luz menciona que no decorrer do século XIX, desenvolveu-se a ideia de fornecer saúde às cidades e não propriamente aos indivíduos, os enquadrando socialmente através do controle populacional e dos costumes para então as cidades tornarem-se salubres (LUZ, 1982). A preocupação com as cidades portuárias foi uma questão latente neste período, haja vista a intensa circulação de pessoas e mercadorias que tornavam estas cidades mais vulneráveis às epidemias. A saúde dos portos ganhou atenção, ao longo do Império, especialmente a partir da criação da Inspeção de Saúde Pública do Porto do Rio de Janeiro, em

1829, que tinha a atribuição de verificar o estado sanitário das embarcações e decidir se estavam desimpedidas ou deveriam realizar quarentena².

Já o período inicial da segunda metade do século, destacou Maria Luiza Marcílio, tratava-se de um cenário com características mortais e mórbidas:

a população moradora no Rio de Janeiro aprendeu a conviver diariamente com a morte, a morte crônica e a epidêmica. Chega a ser difícil para nós hoje entender como faziam para viver as pessoas do Rio de Janeiro face às múltiplas doenças infecto-contagiosas e epidêmicas que as atacavam conjuntamente, a cada ano. No período de 1851 a 1860, por exemplo, de acordo com as declarações do médico da época Dr. Pereira Rego, 40 epidemias atingiram a população da cidade e outras 18 no decênio de 1861 a 1870 (MARCÍLIO, 1993: 54).

Porém, segundo Marcílio, foi com a epidemia de febre amarela ocorrida entre 1849 e 1850, que matou mais de 4 mil pessoas, que foram introduzidas mudanças profundas nas ações no campo da saúde no Império. A Secretaria de Estado dos Negócios do Império, que assumiu o comando da saúde pública, pediu à Academia Imperial de Medicina que elaborasse um plano para combater o terrível mal que matara principalmente as categorias mais abastadas da cidade. Esta solicitação resultou na proposição pelos médicos, em 1849, da criação de uma Comissão Central de Saúde Pública, para tratar do combate à epidemia. Apresentava-se assim uma relação entre a higiene e a intervenção urbana, expressa fortemente pelas ações de médicos que ocupavam postos em instâncias governamentais e instituições voltadas à higiene pública.

Na década de 1870, período em que ocorreram dois surtos de febre amarela no Rio de Janeiro, em 1873 e 1876, os serviços sanitários foram reorganizados em diversas cidades marítimas do Império³. Nesse contexto, segundo Chalhoub, a febre amarela já havia se tornado um problema de saúde pública, diferentemente do que ocorrera durante a década de 1850. Como vimos em sua própria análise sobre a posição adotada pelo Governo Imperial perante a doenças como varíola, tuberculose e febre amarela, seria passível de uma relativização da atenção dispendida em relação ao impacto que estas enfermidades causavam em diferentes grupos sociais (CHALHOUB, 1993).

No caso das epidemias de febre amarela, Chalhoub destacou dois períodos distintos. Entre as décadas de 1850 e 1870, a existência de uma incidência menor de febre amarela entre os negros africanos e seus descendentes, e de uma maior incidência entre os imigrantes brancos,

² 143 BRASIL. Decreto de 17 de janeiro de 1829. Actos do Poder Executivo de 1829. Rio de Janeiro, 1829. Parte II, p.4-9. Disponível em: https://www.camara.leg.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-L_10.pdf#0,{%22name%22:%22FitR%22},-280,-15,698,610. Acesso em 20 de janeiro de 2020.

³ BRASIL. Decreto nº 6.378, de 15 de novembro de 1876. In Coleção das Leis do Império do Brasil de 1876, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876. Tomo XXXIX, Parte II, vol.1, p.1137-1143. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio/colecao7.html>. Acesso em 17 de dezembro de 2019.

não foi vista pelas autoridades do Governo Imperial como um obstáculo ao progresso e civilização do país. Isto se deu em decorrência do fato de que, naquele período, a mão de obra imigrante ainda era considerada suplementar à mão de obra escrava, e não substituta. Além disso, na época, eram incipientes os conhecimentos sobre a etiologia da enfermidade. Assim, em função desses aspectos as ações para combater a febre amarela, neste período, foram restritas. Já a partir da década de 1870, tendo em vista o caráter substituto que a mão de obra imigrante começava a representar, a febre amarela, que vitimava prioritariamente os imigrantes, ganhou mais atenção dos governantes do que, por exemplo, a tuberculose, que acometia principalmente os negros (CHALHOUB, 1993).

Já mais para o final do século XIX, essa relação entre higiene e intervenção urbana também pode ser compreendida a partir da análise dos congressos científicos e convenções sanitárias, realizados a partir da década de 1880. Após a ocorrência de uma epidemia de cólera na Argentina e no Uruguai, o governo Imperial decidiu, em 1887, pelo fechamento dos portos nacionais. Em decorrência de tal medida, e do impacto que causaria para o comércio entre os países, o Império brasileiro e as repúblicas platinas procuraram discutir a realização de um congresso sanitário para formular uma legislação própria. E neste contexto foi estabelecida, em 1887, uma convenção sanitária realizada pelo Império brasileiro e pelas repúblicas da Argentina e do Uruguai, buscando aumentar o controle e a vigilância quanto a entrada de doenças nestes países (CHAVES, 2013).

A realização destas convenções denotava não só a preocupação com a vida econômica dos países, mas também a busca pelo conhecimento e pelo controle de doenças, como a peste, a varíola e a febre amarela, que eram consideradas as principais moléstias no período. Neste período, as quarentenas passaram de medida profilática principal à categoria de medida profilática realizada em última necessidade, aplicável somente quando novas exigências, tais como a vigilância médica, a vacinação, a notificação e a desinfecção, não fossem realizadas com sucesso (REBELO, 2010).

A questão sanitária no processo imigratório fez-se presente antes mesmo do período das “Grandes Migrações” no século XIX. Todavia, este período acentuou as ações sanitárias que ocorriam desde os portos de origem dos imigrantes europeus, na viagem desses imigrantes, e na inspeção realizada nos portos de desembarque. Porém, não se limitavam a tal. E podemos conferir essa preocupação com o agasalho e sustento desses imigrantes que desembarcaram no território brasileiro e passaram pelas hospedarias de imigrantes a partir de determinadas ações relacionadas a estes locais.

Ordens para agasalho e sustento dos imigrantes

Ainda que os procedimentos sanitários mais relevantes fossem realizados antes da chegada dos imigrantes nas hospedarias, a ideia de higienização e conservação da saúde pública e individual não era excluída nos procedimentos que eram adotados em tais hospedarias. A própria busca por um local adequado para se construir uma hospedaria definitiva do governo, pode contribuir para o entendimento da intensificação da relevância sanitária envolta na recepção e no acolhimento de imigrantes a partir da segunda metade do século XIX, seja exemplificado por uma das operações que a Associação Central de Colonização se propôs a realizar ao ser criada em 1855, como descrito a seguir:

Ter em lugar apropriado para o desembarque dos colonos accommodações precisas, onde sejam recebidos á sua chegada, e tratados convenientemente em quanto não acharem destino, dando-lhes casa e comida por preço razoavel, aconselhando-os, dirigindo-os, e promovendo, ou facilitando o seu prompto emprego no paiz por todos os meios que estiverem ao seu alcance⁴.

Ou pelo compromisso firmado por essa mesma Associação com o Governo Imperial para a realização de tais ações:

Apromptar, pelo menos dentro do primeiro triennio, uma grande hospedaria definitiva, cuja planta, condições hygienicas, e regulamentos serão aprovados pelo governo, assim como o será uma relação ou tabela dos preços do alojamento e comestíveis, e bem assim do serviço necessário ao desembarque dos colonos e suas bagagens, que tiver de fazer transportar para os ditos depósitos e hospedarias, entendendo-se com os empresários de colonisação para que o transporte destes estabelecimentos até o lugar do destino se faça pelo preço mais favorável, e sob condições razoáveis⁵.

A dificuldade em se pesquisar os documentos administrativos das hospedarias abordadas nesse artigo, principalmente a da Ilha do Bom Jesus, a fim de que pudéssemos descrever a rotina de procedimentos sanitários, fez com que buscássemos por meio dos periódicos e relatórios ministeriais apresentar um panorama dessas ações em tais hospedarias. Ao abordar a criação da Hospedaria da Ilha do Bom Jesus, vimos que o início de seu funcionamento foi acelerado por um surto de febre amarela que acometeu a cidade do Rio de

⁴ BRASIL. Decreto nº 1.584, de 2 de abril de 1855. In SENADO FEDERAL. Portal Legislação. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/legislacao/publicacaoosigen.action?id=393335&tipodocumento=dec-n&tipotexto=pub>. Acesso em 17 de março de 2019.

⁵ FERRAZ, Luiz Pedreira do Coutto. Relatório apresentado á Assembléa Geral Legislativa na Primeira Sessão da Decima Legislatura pelo Ministro e Secretário D'Estado dos Negocios do Império Luiz Pedreira do Coutto Ferraz. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1857. p.23. In Relatórios Ministeriais (1821-1960). Obtido via base de dados Brazilian Government Documents do Center for Research Libraries-Global Resources Network. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/100#?c=0&m=25&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1205%2C-1%2C4360%2C3076> Acesso em 17 de março de 2019.

Janeiro no ano de 1857, o que fez com que as instalações fossem utilizadas pela primeira vez por imigrantes que não vieram por meio da Associação Central de Colonização.

Antes de ser utilizada como hospedaria, o local foi utilizado como lazareto para receber não só imigrantes, como pessoas de outros grupos sociais. Nesse caso, os religiosos do convento na Ilha, é que eram os responsáveis por tratar dos doentes acolhidos. Ao definir a Ilha do Bom Jesus como sede da hospedaria provisória, a Associação Central de Colonização preferiu momentaneamente as instalações na quinta imperial da Ponta do Cajú, até então as únicas que haviam apresentado boas condições para instalação de tal estabelecimento e assumiu a obrigação de zelar pela conservação do edifício do convento e de restituição assim que a necessidade cessasse⁶. Ainda assim, a Ilha do Bom Jesus e a Ponta do Cajú estabeleceriam fácil comunicação uma vez que tal espaço poderia ser atravessado em cerca de cinco minutos, facilitando a recepção dos imigrantes que viessem por conta da Associação ou por outro meio. Além de preços cômodos, a edição do *Diario do Rio de Janeiro* de 26 de outubro de 1857 descreve as condições do local que seria sede da hospedaria:

O lugar oferece as maiores facilidades para desembarque e embarque, está fora do contacto da população da côrte, e consequentemente ao abrigo das enfermidades, que porventura appareção⁷.

Iniciadas as atividades na Hospedaria da Ilha do Bom Jesus no final do ano de 1857, a recepção de imigrantes e as medidas tomadas em acordo com o Governo Imperial e a Provedoria de Saúde para receber esse grupo em contexto epidêmico, foram descritas em edições de fevereiro e março de periódicos como o *Diario do Rio de Janeiro* e o *Jornal do Commercio*⁸: Já em edição de a edição de 1^o de março do *Correio Mercantil* há o relato do falecimento de um imigrante enquanto viajava da Ilha do Bom Jesus para o Hospital de Jurujuba, descrevendo como alguns casos de febre amarela eram tratados em tal hospedaria:

É verdade que, infelizmente, alguns casos de febre amarella teem apparecido entre os colonos recolhidos á hospedaria de emigrantes da ilha do Bom Jesus, em virtude das providencias tomadas pelo Sr. ministro do império, de acordo com a provedoria de saúde e aquella directoria, segundo já noticiamos; os doentes, porém, suspeitos desse mal são immediatamente transferidos para o hospital da Jurujuba por ordem do medico do serviço sanitário, o qual, antes de começar a sua visita aos

⁶ [Parte Oficial] Ministerio do Imperio. Repartição Geral das Terras Públicas, Expediente do mez de agosto-Dia 12. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, anno XXXII, n.254, 15 de setembro de 1857, p.1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_04/11884 Acesso em 2 de abril de 2020. AZAMBUJA, Bernardo Augusto Nascente de. [Comunicações]. *Diario do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, anno XXXVII, n.277, 11 de outubro 1857, p.2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/45291 Acesso em 2 de abril de 2020.

⁷ ASSOCIAÇÃO Central de Colonização. *Diario do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, anno XXXVI, n.292, p.3, 26 de outubro de 1857. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/45352 Acesso em 2 de abril de 2020.

⁸ [Parte Oficial]. Ministerio da Marinha. Expediente do dia 12 de fevereiro de 1858. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, anno XXXIII, n.58, 1^o de março de 1858, p.1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_04/12536 Acesso em 2 de abril de 2020.

navios, se dirige áquela hospedaria ao signal convencionado de uma bandeira encarnada içada no alto do edificio.[...] Segundo as informações a que nos referimos, parece que nada haverá a reccar pela conservação do estado sanitário da hospedaria de emigrantes e conveniente tratamento de seus hospedes, pois que, além da visita do médico encarregado do serviço do mar e do signal convencionado para servir de aviso á barca Santa Isabel, existe allí uma ambulância fornecida pela Associação Central, com o auxilio da qual e dos cuidados do intelligente e zeloso administrador respectivo vários colonos que teem enfermado vão ficando inteiramente restabelecidos⁹.

O relatório do vice-presidente da Associação Central de Colonização, Bernardo Azambuja, sobre os primeiros meses do ano de 1858, apresentado à Assembleia Geral em 30 de abril daquele ano, foi transcrito em edições do *Jornal do Commercio* e do *Diario do Rio de Janeiro* e trouxe importantes informações acerca da recepção dos imigrantes nesse período de ocorrência da febre amarela. Nesse sentido relatou a recepção, até aquele momento, de 296 imigrantes de diversas nacionalidades e a previsão de comportar 400 indivíduos após o término de algumas obras na Ilha. A tabela de preços do alojamento e do sustento dos imigrantes, assim como o regulamento provisório e as instruções a estes, também eram encontradas na hospedaria, como informou o relatório¹⁰.

Nesse mesmo ano, o Governo Imperial aprovou regulamentos acerca do transporte e da distribuição de imigrantes. No Regulamento de 1º de maio de 1858, que tratou do transporte de imigrantes, constava um curioso artigo sobre a proibição dos navios de emigrantes de transportar para o Império os indivíduos considerados “loucos, idiotas, surdos, mudos, cegos e entevados, se não forem acompanhados por parentes ou individuos, que se mostrem em estado de prover á subsistencia daquelles, e que se compromettão a prestar-lhes os socorros(...)”¹¹, cabendo multa ao capitão que infringisse tais disposições. Por sua vez, o Regulamento de 18 de novembro de 1858 focava na recepção, distribuição e no estabelecimento dos imigrantes, tanto os espontâneos quanto os subvencionados, no território brasileiro. Trazia informações concernentes à hospedagem de imigrantes na 12ª cláusula do artigo 2º, no qual constava que as “despesas de hospedaria nos portos de desembarque, e da condução para fazendas, correrão por conta dos respectivos proprietários”¹⁶⁸, e que a Associação Central de Colonização seria o

⁹ NOTÍCIAS Diversas. Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal, Rio de Janeiro, anno XV, n.57, 1º de março de 1858, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/14426> Acesso em 2 de abril de 2020.

¹⁰ AZAMBUJA, Bernardo Augusto Nascente de. [Associação Central de Colonização]. Relatório apresentado na sessão extraordinária da Assembleia Geral. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, anno XXXIII, n.119, 3 de maio de 1858, p.1-2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_04/12784 Acesso em 2 de abril de 2020. AZAMBUJA, Bernardo Augusto Nascente de. Relatório apresentado na sessão extraordinária da Assembleia Geral [Associação Central de Colonização]. *Diario do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, anno XXXVIII, n.117, 2 de maio 1858, p.1-2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/46067 Acesso em 2 de abril de 2020.

¹¹ BRASIL. Decreto nº 2.168, de 1º de Maio de 1858. In Coleção de Leis do Império do Brasil de 1858, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1858. Vol. 1 pt II, página 276. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2168-1-maio-1858-557097-publicacaooriginal-77406-pe.html>. Acesso em 25 de fevereiro de 2020.

intermédio desde a contratação até o transporte de tais imigrantes ao porto de desembarque mais conveniente.

Na edição de dezembro de 1859 do *Boletim do Expediente do Governo*, o ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império, Angelo Moniz da Silva Ferraz, descreveu momentos de sua visita à Hospedaria da Ilha do Bom Jesus no dia 28 de dezembro. Nessa visita, o ministro constatou a necessidade de se construir uma ponte para o desembarque dos imigrantes, onde as embarcações pudessem atracar em qualquer situação em que se encontrasse a maré, e conversou com os hóspedes de diferentes nacionalidades, podendo ouvir que o tratamento recebido ali era bom. E ao acompanhar o jantar observou a abundante comida e o serviço e objetos necessários para tal como satisfatórios. No entanto, relatou a seguinte situação incômoda:

Homens, mulheres e crianças dormem todos promiscuamente no mesmo dormitório, posto que cada um em seu leito. Há sim dormitórios especiaes para as mulheres solteiras, e alguns quartos para famílias, mas em numero muito diminuto. O resto das familias lá vai para o dormitorio comum, onde nada seria mais fácil do que fazer compartimentos, ainda que não fossem senão de taboa, até três quartos de altura da parede, de modo que o ar gyrasse livremente por cima, mas que ao menos tivesse cada família o seu cubículo separado¹².

Assim como as obras, a questão alimentícia também foi tema dos anúncios concernentes à Hospedaria da Ilha do Bom Jesus. Alimentos como arroz, açúcar mascavo, café, carne de vaca, farinha de mandioca, feijão e pão, eram alguns dos suprimentos que integraram os informativos escritos por Manoel Teixeira Coimbra, funcionário da Associação, noticiados em edições de periódicos como o *Jornal do Commercio* e o *Correio Mercantil* nos anos finais da década de 1850¹³. Nesses informativos, as propostas deveriam ser entregues em carta fechada na Rua Direita, nº 15, 1º andar. Estes dois periódicos também transcreveram, em edições de janeiro de 1861, a mensagem de Manoel Teixeira Coimbra de 8 de janeiro daquele ano, na qual constava o recebimento de propostas no escritório da Associação, a informação de que o contrato deveria ter a duração de seis meses e que incluía o fornecimento de alimentos como: pão, carne, café, manteiga, banha, batatas, açúcar, arroz, feijão, vinagre e azeite¹⁴.

Apesar do hiato existente entre o fim da Hospedaria da Ilha do Bom Jesus e a inauguração da Hospedaria do Morro da Saúde, a questão alimentícia nas hospedarias não

¹² Repartição Geral das Terras Públicas. *Boletim do Expediente do Governo*. Ministério do Império. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve, Tomo 5, n. 5, p.4-5, dezembro de 1859. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/17753>. Acesso em 2 de abril de 2020.

¹³ COIMBRA, Manoel Teixeira. Associação Central de Colonização. *Correio Mercantil*, e *Instructivo, Politico, Universal*, Rio de Janeiro, anno XV, n.335, 12 de dezembro de 1858, p.3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/15557> Acesso em 2 de abril de 2020.

¹⁴ COIMBRA, Manoel Teixeira. Associação Central de Colonização. *Correio Mercantil*, e *Instructivo, Politico, Universal*, Rio de Janeiro, anno XVIII, n.10, 10 de janeiro de 1861, p.3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/18535> Acesso em 2 de abril de 2020.

deixou de ser noticiada nos periódicos. Em edições de 1864 e 1865 do *Correio Mercantil* e do *Diário do Rio de Janeiro*, por exemplo, foram publicadas mensagens do então agente oficial de colonização, Ignácio da Cunha Galvão, sobre a busca por fornecedores de alimentos para os estabelecimentos considerados pelo Governo Imperial como hospedarias destinadas aos imigrantes, como os da Praia Formosa e da Rua da Imperatriz¹⁵.

E mesmo com a inauguração da Hospedaria do Morro da Saúde, mensagens como esta, que funcionavam como anúncios, continuaram aparecendo em alguns periódicos, tanto nos anos finais da década de 1860, quanto nas décadas de 1870 e 1880. Escrita pelos escriturários da Agência Oficial de Colonização, este tipo de mensagem foi veiculada em edições do *Diário do Rio de Janeiro*, do *Correio Mercantil*, do *Jornal do Commercio* e do *Diário do Povo*, entre os anos de 1867 e 1868, com a assinatura do escriturário Franklin Brasileiro Jansen Lima. Nestas, este informava que as propostas para o fornecimento deveriam ser enviadas para o escritório da Agência, localizado na Rua da Alfandega, nº 94, na cidade do Rio de Janeiro, e que além dos gêneros deveriam ser fornecidos pão, carne, arroz, feijão, manteiga, macarrão, café e sal¹⁶. Já em edições de junho e dezembro de 1870, o *Diário do Rio de Janeiro* apresentou a mensagem do então ajudante de intérprete, Francisco Antonio Fritsch, que posteriormente, em 1871, seria nomeado administrador da Hospedaria do Morro da Saúde, na qual dizia que as propostas para o fornecimento de gêneros deveriam ser enviadas para o escritório da Agência Oficial de Colonização, então localizado na Rua do Hospício, nº 186¹⁷.

Até 1875, este mesmo periódico apresentou este tipo de anúncio em ao menos uma edição ao longo do ano. Além das informações sobre a Rio de Janeiro Gaz Company Limited, as edições do *Jornal do Commercio*, ao longo desta década, também veicularam a mensagem da Inspeção Geral de Terras e Colonização sobre a abertura de concorrência para o fornecimento

¹⁵ GALVÃO, Ignácio da Cunha. Colonização. *Correio Mercantil*, e *Instructivo, Político, Universal*, Rio de Janeiro, anno XXI, n.140, 21 de maio de 1864, p.3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/23362>. Acesso em 2 de abril de 2020. GALVÃO, Ignácio da Cunha. Agência oficial de colonização. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, anno XLIV, n.328, 29 de novembro de 1864, p.3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_02/19306. Acesso em 2 de abril de 2020. GALVÃO, Ignácio da Cunha. Agência oficial de colonização. *Correio Mercantil*, e *Instructivo, Político, Universal*, Rio de Janeiro, anno XXII, n.155, 16 de junho de 1865, p.3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/24866>. Acesso em 3 de abril de 2020.

¹⁶ 175LIMA, Franklin Brasileiro Jansen. DECLARAÇÕES. Agência oficial de colonização. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, anno L, n.153, 17 de junho de 1867, p.3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_02/21947. Acesso em 3 de abril de 2020. LIMA, Franklin Brasileiro Jansen. Agência oficial de colonização. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, anno XLVI, n.171, 21 de junho de 1867, p.2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_05/12092. Acesso em 3 de abril de 2020. LIMA, Franklin Brasileiro Jansen. Agência oficial de colonização. *Correio Mercantil*, e *Instructivo, Político, Universal*, Rio de Janeiro, anno XXIV, n.349, 20 de dezembro de 1867, p.4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/28519>. Acesso em 3 de abril de 2020. LIMA, Franklin Brasileiro Jansen. DECLARAÇÕES. Agência oficial de colonização. *Diário do Povo: Político, Litterario, Noticioso e Commercial*, Rio de Janeiro, anno II, n.141, 20 de junho de 1868, p.3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/367737/801>. Acesso em 3 de abril de 2020. LIMA, Franklin Brasileiro Jansen. Agência oficial de colonização. *Correio Mercantil*, e *Instructivo, Político, Universal*, Rio de Janeiro, anno XXV, n.175, 25 de junho de 1868, p.4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/29264>. Acesso em 3 de abril de 2020. LIMA, Franklin Brasileiro Jansen. Agência oficial de colonização. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, anno XLVII, n.353, 20 de dezembro de 1868, p.2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_05/14786. Acesso em 3 de abril de 2020.

¹⁷ FRITSCH, Francisco Antonio. Agência oficial de colonização. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, anno LIII, n.164, 16 de junho de 1870, p.3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_02/25973. Acesso em 3 de abril de 2020.

de gêneros para a Hospedaria, enfocando na primazia da qualidade de todos os alimentos, excetuando-se o açúcar¹⁸. Este tipo de informativo, que também fazia parte da lógica de funcionamento de outros estabelecimentos como os hospitais, denotava a preocupação que existia com a alimentação dos imigrantes. É possível perceber isto pelas tabelas produzidas para os relatórios ministeriais, nas quais constavam o consumo desses gêneros alimentícios na Hospedaria do Morro da Saúde:

	Totais
Número de rações adultas	7.620
Número de rações de menores de 2 a 9 anos	3.193
Libras de açúcar	2.789 59/128
Libras de arroz	1.968 45/128
Quartilhos de azeite de sebo	376
Libras de Bacalhau	96
Libras de Banha	510 100/128
Libras de Batatas	1.216
Libras de Café	1.518 10/128
Libras de Chá	82
Libras de Carne Seca	96
Libras de Carne Verde	9.547
Número de Cebolas	1.425
Quartas de Farinha	20
Quartas de Feijão	124
Número de Achas de Lenha	15.500
Libras de Manteiga	8
Libras de Pimenta da Índia	30
Número de Pães	10.939
Libras de Sabão	235
Quartas de Sal	17
Número de Vassouras	54
Quartilhas de Vinagre	232

Tabela 1- Mapa do consumo de gêneros alimentícios na Hospedaria do Morro da Saúde de 1º de janeiro à 31 de dezembro de 1870. Apud SOUSA, Fortunato Marques. Tabela n.11-Mapa do consumo na hospedaria do governo, correspondente as rações de emigrantes adultos, e 2 à 9 anos desde o 1º de janeiro à 31 de dezembro de 1870, e média que tocou à cada um, sendo a dos menores na ração de metade. In GALVÃO, Ignácio da Cunha. Relatório da Agência Oficial de Colonização de 1870. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1871, Anexo¹⁹.

¹⁸ FRITSCH, Francisco Antonio. Agencia official de colonisação. Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, anno XLIX, n.166, 18 de junho de 1870, p.2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_06/816
 Acesso em 4 de abril de 2020.

¹⁹ SILVA, Theodoro Machado Freire Pereira da. Relatório apresentado á Assembléa Geral Legislativa na Terceira Sessão da Decima Quarta Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas Theodoro Machado Freire Pereira da Silva. Rio de Janeiro: Typographia Universal de E. & H. Laemmert, 1871. In Relatórios Ministeriais (1821-1960). Obtido via base de dados Brazilian Government Documents do Center for Research Libraries-Global Resources Network. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/108#?c=0&m=12&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1111%2C-1%2C4140%2C2921> Acesso em 17 de março de 2019.

Além de dados sobre os gêneros alimentícios e suas respectivas quantidades, apresentados na tabela acima, realizadas pelo então administrador da Hospedaria, Fortunato Marques de Sousa, os relatórios da Agência Oficial de Colonização apresentavam o resumo das despesas com tais alimentos. A tabela referente ao ano de 1871, por exemplo, realizada pelo administrador Francisco Antonio Fritsch, apresentou este resumo, como podemos constatar a seguir:

Meses	Despesa Geral dos gêneros consumidos	Número de dias		Média por dia		Importância		Frações desprezadas	Total geral das despesas
		De adultos	De menores de 2 a 9 anos	De adultos	De menores de 2 a 9 anos	De adultos	De menores de 2 a 9 anos		
Janeiro	218\$910	207	36	\$885	\$442	262\$845	15\$902	\$193	278\$910
Fevereiro	211\$917	197		1\$073		211\$775		\$172	211\$947
Março	223\$295	246	8	\$893	\$446	219\$678	3\$568	\$049	223\$295
Abril	288\$933	105	72	\$033	\$328	263\$275	23\$616	\$042	288\$933
Mai	278\$761	592	62	\$039	\$320	258\$328	20\$398	\$035	378\$761
Junho	291\$271	395	65	\$081	\$340	268\$995	22\$100	\$175	391\$270
Totais	1.573\$146	1.932	263	\$766	\$383	1.486\$896	87\$584	\$665	1.573\$146
A média para adulto deste semestre é de 766 rs. e de menor 388 rs						1.479\$912		\$163	1.573\$146
Julho	233\$150	289	62	\$641	\$320	243\$380	19\$840	\$230	263\$650
Agosto	227\$365	294	18	\$750	\$375	220\$500	6\$750	\$115	227\$303
Setembro	144\$590	171	18	\$803	\$402	137\$313	7\$236	\$041	144\$399
Outubro	199\$725	274		\$728		199\$472		\$253	199\$725
Novembro	235\$072	345		\$681		234\$945		\$127	235\$072
Dezembro	236\$335	338	23	\$676	\$30	228\$488	7\$771	\$073	236\$236.
Totais	1.306\$737	1.802	121	8701	\$350	1.264\$298	41\$600	\$839	1.300\$737
A média para adulto deste semestre é de 701 rs. E a de menor é de 350 Rs						1.263\$202	42.\$350	1.185	1.306\$737
Resumo das despesas feitas no 1º e 2º semestre de 1871									
1º semestre	1.573\$116	1.932	213	\$766	\$383	1.186\$896	87\$584	\$636	1.573\$145
2º semestre	1.306\$737	1.802	121	\$701	\$330	1.264\$298	44\$600	\$839	1.306\$737
Totais	2.879\$883	3.734	364	\$735	\$367	2.751\$191	127\$181	1\$505	2.879\$883
A média para adulto de todo a no é de 735 rs. E a de menor de 2 a 9 anos é de 367 rs						2.744\$499	133\$588	1\$805	2.879\$883

Tabela 2- Resumo das despesas com alimento na Hospedaria do Morro da Saúde no ano de 1871. Apud Fritsch, Francisco Antonio. Tabela n.11 A- Resumo das despesas feitas nesta Hospedaria com o alimento de 3.734 rações de adultos e 364 ditas de menores de 2 a 9 anos, do 1º de Janeiro a 31 de Dezembro de 1871, percebendo estes últimos á razão de metade daqueles. In GALVÃO, Ignácio da Cunha. Relatório da Agência Oficial de Colonização de 1871. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro, 1872. Anexo D²⁰.

Já na época do funcionamento da Hospedaria da Ilha das Flores, o então Inspetor Geral das Terras e Colonização em 1886, Francisco de Barros e Accioli de Vasconcellos, produziu tabelas constando as despesas que os Ministérios do Império e da Agricultura tiveram, não só referentes com a alimentação dos imigrantes, mas também com o alojamento dos mesmos no ano de 1885. Constavam também a aquisição de materiais e os gastos com obras realizadas na Hospedaria, bem como com as despesas com o quadro de pessoal. Contudo, devemos atentar para o destaque conferido aos gastos com o transporte, uma vez que estes concentraram mais de 2/3 do total das despesas, como podemos conferir na tabela a seguir:

Ministério da Agricultura- Abril a Dezembro de 1885								
Pessoal empregado na hospedaria da Ilha das Flores			Alimentação de imigrantes na hospedaria	Aquisição de material flutuante	Concertos de embarcações	Transporte de imigrantes do Rio de Janeiro para as províncias		
Administrativo	Subalterno	Total				Companhias de navegação	Estradas de Ferro	Total
14:807\$545	15:861\$010	20:668\$145	23:722\$341	1:070\$081	3:350\$280	219:027\$349	22:961\$580	212:888\$92
Movimento de imigrantes no porto do Rio de Janeiro			Alojamento de imigrantes na hospedaria		Obras concluídas na hospedaria	Diversas	Soma total	
Aluguel de embarcações	Pessoal da lancha	Combustível	Abastecimento d'água	Asseio, utensílios, diversos, medicamentos		32:464\$102	156\$500	310:770\$000
5:381\$000	3:173\$100	3:428\$000	800:\$000	3:673\$212				
Total	11:982\$160		Total	4:473\$242				
Ministério da Agricultura- Resumo: 340:776\$090								

Tabela 3- Resumo das despesas efetuadas na capital do Império pelo Ministério da Agricultura entre abril de dezembro de 1885. Apud VASCONCELLOS, Francisco de Barros e Accioli de. Quadro demonstrativo da despesa efetuada durante o ano de 1885, na capital do Império, com o movimento de imigrantes, a cargo da Inspetoria Geral das Terras e Colonização²¹.

²⁰ In ITAÚNA, Barão de. Relatório apresentado á Assembleá Geral Legislativa na Quarta Sessão da Decima Quarta Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas Cândido Borges Monteiro. Rio de Janeiro: Typographia Universal de E. & H. Laemmert, 1872. In Relatórios Ministeriais (1821-1960). Obtido via base de dados Brazilian Government Documents do Center for Research Libraries-Global Resources Network. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/108#?c=0&m=13&s=0&cv=245&r=0&xywh=-1087%2C0%2C4092%2C2886> Acesso em 17 de março de 2019.

²¹ PRADO, Antonio da Silva. Relatório apresentado á Assembléa Geral Legislativa na Primeira Sessão da Vigésima Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas Antonio da

Uma preocupação fundamental também era o tratamento de doenças que acometiam os imigrantes. Embora casos mais graves fossem encaminhados aos hospitais, as hospedarias exerceram significativo papel nessa função. Na década de 1880 o funcionamento da Hospedaria da Ilha das Flores contou com mais aportes do que as hospedarias anteriores. Um bom exemplo foi a reportagem do *Jornal do Commercio*, do dia 26 de outubro de 1890, transcrita pelo boletim de outubro do mesmo ano no periódico *A Imigração*. Sob a direção do Dr. Lycurgo de Mello, a recepção na Ilha era realizada da seguinte forma:

O serviço de recebimento dos imigrantes no alojamento é feito com methodo, pôr forma que o imigrante, logo que desembarca, se dirige para o pateo da chamada, recebendo ahi um cartão de certificado, com o seu nome, e com o numero de volume da bagagem, que é logo enviada para o armazém; e outro cartão declarando o numero de rações a que tem direito, para si, e para as pessoas de sua família. O cartão de rações, que são em numero de três diariamente, da direito ao imigrante, por oito dias, para, ou seguir o destino que desejar, ou vir durante este prazo á cidade procurar colocação[...]²².

A preocupação com o estado sanitário na Ilha das Flores também podia ser percebida nos relatórios ministeriais (REZNIK; COSTA, 2019). No relatório do Ministério do Império de 1884, por exemplo, foi informado que, apesar da manifestação de difteria em alguns imigrantes recolhidos na Hospedaria da Ilha das Flores, a disseminação da bactéria havia sido contida e não se propagado, não só na Hospedaria, como em toda cidade do Rio, graças às precauções tomadas pela Junta Central de Higiene Publica²³. Já nos relatórios do Ministério da Agricultura, entre os anos de 1886 e 1888, podemos ver a ênfase ao bom estado sanitário em que se encontrava a Hospedaria neste período, e constatar o amadurecimento da estrutura para recepção de imigrantes. Em 1887 e 1888, corroborando com a busca de uma melhor organização, os relatórios ministeriais de tais anos apresentavam tabelas referentes às doenças que haviam sido tratadas na enfermaria da Hospedaria. Em 1887 foram tratadas as seguintes doenças na enfermaria da Hospedaria:

Silva Prado. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. p.23. In Relatórios Ministeriais (1821- 1960). Obtido via base de dados Brazilian Government Documents do Center for Research Libraries-Global Resources Network. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/108#?c=0&m=28&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1464%2C-1%2C4943%2C3487> Acesso em 17 de março de 2019.

²² HOSPEDARIA de imigrantes da Ilha das Flôres. *A Imigração*: Órgão da Sociedade Central de Imigração, Rio de Janeiro, anno VII, n.72, outubro de 1890, p.4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/239984/621> Acesso em 6 de abril de 2020.

²³ VASCONCELLOS, João Florentino Meira de. Relatório apresentado á Assembléa Geral Legislativa na Primeira Sessão da Decima Nona Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Império João Florentino Meira de Vasconcellos. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885. In Relatórios Ministeriais (1821- 1960). Obtido via base de dados Brazilian Government Documents do Center for Research Libraries-Global Resources Network. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/100#?c=0&m=55&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1094%2C0%2C4010%2C2828> Acesso em 10 de abril de 2020.

Rheumatismo	21	Úlceras simples	19
Abcessos	7	Úlceras syphiliticas	7
Nevralgia	29	Laringo-bronchite	90
Gastro-enterite	187	Adenites	5
Enterocolite	132	Pleurisia	1
Anginas	27	Contusão	11
Indigestão	13	Conjunctivite catarrhal	14
Impaludismo	15	Sarampão	36
Chlorosis	4	Estomatite	4
Dispepsia	3	Feridas	7
Febre verminosa	33	Blenorrhagia	3
Otites	5	Tuberculose	1
Anemia e Limphatismo	8	Queimaduras	1
Eczema	27	Febre typhoide	1
Coqueluche	1	Limphatite aguda	2
Atrepsia	4	Total	718

Tabela 4 Enfermidades tratadas na enfermaria da Hospedaria da Ilha das Flores no ano de 1887. Apud Relatório do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do ano de 1887²⁴.

Podemos conferir uma maior frequência entre casos relacionados a problemas estomacais e intestinais, às infecções respiratórias e um aumento nos casos de malária e febre verminosa. No relatório referente a 1888, foi informado os seguintes números de falecimentos:

[...]seis adultos e 51 menores; sendo dos adultos, dous de impaludismo; um de congestão cerebral; um de hypehemia medular; um de hemorragia cerebral e um de febre puerperal. Os menores faleceram: 12 de enterite aguda; um de febre gástrica; nove de laryngite; oito de meningite; sete de febre verminosa; sete de athrepsia; um de angina diphterica; um de syphilis confluyente; um de broncho-pneumonia, e quatro nasceram mortos²⁵.

²⁴ SILVA, Rodrigo Augusto da. Relatório apresentado á Assembléa Geral Legislativa na Terceira Sessão da Vigésima Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas Rodrigo Augusto da Silva. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888, p.11-12. In *Relatórios Ministeriais (1821-1960)*. Obtido via base de dados Brazilian Government Documents do Center for Research Librairies- Global Resources Network. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/108#?c=0&m=30&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1226%2C-1%2C4594%2C3241> Acesso em 17 de março de 2019.

²⁵ SILVA, Rodrigo Augusto da. Relatório apresentado á Assembléa Geral Legislativa na Quarta Sessão da Vigésima Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas Rodrigo Augusto da Silva. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, p.115. In *Relatórios Ministeriais (1821-1960)*. Obtido via base de dados Brazilian Government Documents do Center for Research Librairies- Global Resources Network. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/108#?c=0&m=28&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1464%2C-1%2C4943%2C3487> Acesso em 17 de março de 2019.

O amadurecimento dessa logística de recepção e acolhimento também pode ser visto no regulamento provisório da Hospedaria da Ilha das Flores. Este regulamento apresentava as atribuições bem definidas de cada funcionário, destacando-se não só a parte administrativa como o setor responsável pela saúde dos imigrantes. Competia ao médico as responsabilidades a seguir:

1^o A administração dos enfermeiros e em geral os serviços sanitários da Hospedaria. 2^o A indicação das sucedidas necessidades para manter-se a salubridade da Ilha. 3^o O curativo dos imigrantes que enfermarem-se. 4^o O exame das rações fornecidas para a alimentação dos imigrantes. 5^o Verificar o estado de cada imigrante que tiverem de ser expedido para o interior e para os Estados. 6^o Verificar e rubricar os pedidos de medicamentos para a pharmacia e bem assim de roupas e utensílios, para a enfermaria e enfermeiros, deverão ser depois enviadas ao Administrador. 7^o Organizar a estatística mensal e anual dos serviços sanitários a seu cargo, conforme os modelos em vigor, ao seu lhe fossem dados. A estatística do mez anterior deve ser apresentada no primeiro dia do mez subseqüente e de ano até o dia 15 do mez de janeiro. 8^o Fazer a visita dos navios para conduzirem imigrantes todos as vezes que lhe for ser recomendados. Sempre que houverem dois médicos em exercício, outro alternarão entre si o serviço diário conforme for combinado, de modo que sempre se ache passar no estabelecimento, cabendo a cada um exercer em um mez atribuições gerais aqui especificadas²⁶.

A Hospedaria da Ilha das Flores, no entanto, não pode ser vista como a única que contribuiu para essa melhora na logística de recepção aos imigrantes. As hospedarias da Ilha do Bom Jesus e do Morro da Saúde também tiveram que lidar com situações ligadas à questão sanitária e médica. E embora estas outras hospedarias tenham sido objeto de um número menor de notícias nos periódicos e nos relatórios ministeriais, também representaram uma face desse processo de construção de um sistema para recepção de imigrantes.

Nos anos finais da década de 1850, então sob a administração de Antonio Severiano da Rocha, a preocupação na Hospedaria da Ilha do Bom Jesus era de que fosse realizada uma boa recepção aos imigrantes que chegassem no porto em períodos de epidemia, uma vez que, em conformidade com o estabelecido pela Provedoria de Saúde, todos os indivíduos que chegassem deveriam ir direto para tal hospedaria.

Até o início da década de 1870, a Hospedaria do Morro da Saúde não teve problemas em relação a epidemias ou às doenças graves que afetavam os imigrantes que ali residiram. O agente oficial Ignacio da Cunha Galvão, no Relatório da Agencia Official de Colonização, apresentou entre as medidas a serem demandadas a aquisição do prédio e da chácara do morro

²⁶ REGULAMENTO provisório para a hospedaria de imigrantes da Ilha das Flores. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo PP. Notação: Pasta 479. Caixa 181. Maço 03. [s. d.], p.3-4.

da Saúde, onde estava instalada a hospedaria²⁷. A incidência de um novo surto de febre amarela na cidade do Rio de Janeiro no início de 1878, o que poderia conseqüentemente atingir à Hospedaria do Morro da Saúde, fez com que o Governo dispendesse esforços para a preservação da saúde dos imigrantes. No *Diário do Rio de Janeiro*, foi informado que a Agência Oficial de Colonização havia tomado as medidas necessárias “(...) para a internação dos emigrantes logo depois da sua chegada; bem como para conservá-los afastados dos centros populosos e nas melhores condições hygienicas durante a sua curta permanência no nosso porto”²⁸.

A Hospedaria do Morro da Saúde foi novamente fechada em 1881 por apresentar condições insalubres. Tal fato permite pensar a elevação dos parâmetros de avaliação das condições de higiene existentes no decorrer da segunda metade do século. Mesmo tendo buscado melhorar suas instalações e condições de funcionamento, esta Hospedaria não conseguiu impedir que fosse fechada, por mais de uma vez, por questões de salubridade, fazendo com que se buscasse um lugar melhor para a instalação de uma hospedaria definitiva, que acabou levando à escolha da Ilha das Flores.

O objetivo de se ter imigrantes saudáveis era uma das facetas dessa complexa teia que tinha nas hospedarias de imigrantes como importantes instrumentos. Todavia, os cuidados com a saúde não encerravam tal processo. Além de fornecimento de agasalho e sustento, era importante também que aqueles imigrantes, que não chegassem com contrato já estabelecido, pudessem conquistar lugar de trabalho. Se por um lado os relatórios ministeriais informavam sobre os contratos estabelecidos pelos fazendeiros em busca de mão de obra, por outro, os periódicos desse período nos fornecem uma outra visão: aquela sobre os imigrantes que vinham espontaneamente, sem contratos prévios. O médico higienista Antonio Martins de Azevedo Pimentel, em artigo publicado no *Brazil-Medico*, em 1889, ao comentar sobre as condições dos hotéis e hospedarias, assim descreveu o estado da higiene do Rio de Janeiro:

Os hotéis e hospedarias do Rio de Janeiro, salvo aquelles frequentados por boa sociedade, são antros mefíticos disseminados por toda a cidade; quase sempre sem condições hygienicas se constituem verdadeiras casas de meretrizes, de libertinagem calamitosa, onde o devasso encontra facilmente todo o genero de obscenidades, onde o libertino que frequenta

²⁷ GALVÃO, Ignácio da Cunha. Relatório da Agência Oficial de Colonização apresentado por Ignacio da Cunha Galvão. 1870. In SILVA, Theodoro Machado Freire Pereira da. Relatório apresentado á Assembleia Geral Legislativa na Terceira Sessão da Decima-Quarta Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas Theodoro Machado Freire Pereira da Silva. Rio de Janeiro: Typographia Universal de E. & H. Laemmert, 1871. In Relatórios Ministeriais (1821-1960). Obtido via base de dados Brazilian Government Documents do Center for Research Libraries-Global Resources Network. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/108#?c=0&m=12&s=0&cv=283&r=0&xywh=-986%2C-1%2C3794%2C2677> Acesso em 17 de março de 2019.

²⁸ NOTICIÁRIO- Movimento de emigrantes. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, anno LIX, n.72, 16 de março de 1876, p.2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_02&pasta=ano%20187&pesq=%22hospedaria%22 Acesso em 11 de abril de 2020.

essas possilgas asquerosas compra, com a miséria se não com a propria existencia, os prazeres luxuriosos das orgias eróticas²⁹.

Apesar desse cenário, o fluxo de imigrantes foi crescendo lentamente na década de 1870, e como vimos, alcançou seu ápice nas décadas de 1880 e 1890. As propagandas oficiais e de entidades particulares, que foram sendo elaboradas no decorrer da metade da década de 1880, pela Sociedade Central de Imigração, entidade criada em 1884, tiveram significativo papel nisso, ao possibilitarem uma certa reversão deste cenário epidêmico do país, embora as epidemias na Corte tenham tido certos momentos de recuos, mas nunca foram extintas por completo.

A recepção e o acolhimento nos estabelecimentos oficiais eram temas presentes nessas propagandas, podendo serem vistas, não só em periódicos, como o já citado Boletim da Sociedade Central de Imigração, como também na publicação “Guia do Emigrante para o Imperio do Brazil”, de autoria do Inspetor Geral das Terras e Colonização, Francisco de Barros e Accioli de Vasconcellos, publicada em 1884. Nesse Guia, que foi traduzido para vários idiomas, a Hospedaria da Ilha das Flores apareceu como sendo o principal espaço de recepção de imigrantes. Foi descrita a sua beleza, o funcionamento em termos gerais, da enfermaria ao depósito de bagagens, da alimentação à imunidade da Ilha em tempos de epidemia.

Na busca pela instalação e melhorias das hospedarias, foi possível perceber a preocupação em se buscar locais mais salubres em meio ao contexto de insalubridade da cidade do Rio de Janeiro. Entretanto, esse cenário não foi totalmente revertido, e as medidas de combate aos variados tipos de doenças não conseguiram ser plenamente eficazes dado o conhecimento medico-sanitário ainda insuficiente, especialmente sobre a etiologia das doenças, para tornar o combate mais efetivo. Os imigrantes provenientes da terceira classe passavam obrigatoriamente por um processo de desinfecção, especialmente na década de 1880. E mesmo aqueles imigrantes que chegavam trazendo um contrato firmado previamente, também necessitavam de um primeiro acolhimento e atendimento até serem enviados para destinos mais longínquos. As hospedarias começaram a serem vistas como os locais mais adequados para a recepção e acolhimento de imigrantes, uma vez que as primeiras instalações eram variações de lazaretos, hospitais marítimos e estações de quarentena.

Para agasalhar e sustentar essa gente eram necessárias ordens. Ordens que necessitavam de condições. E a viabilidade dessas condições estava relacionada a toda uma concepção marcada pelos interesses de diferentes grupos, principalmente de grupos que desejavam se afirmar ou se manter em posições em que pudessem pautar os discursos. Ditar as ordens que melhor se enquadrassem em seus projetos de funcionamento social, ora

²⁹ PIMENTEL, Antonio Martins de Azevedo. Estado hygienico actual do Rio de Janeiro (Continuação). IX-Hoteis e Hospedarias). O Brazil-Medico. Revista Semanal de Medicina e Cirurgia, Rio de Janeiro, anno III, n.32, 1º de setembro de 1889, p.249-251. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/081272/1252> Acesso em 16 de abril de 2020.

privilegiando, ora não, as concepções de higiene e saúde do período e o cuidado, ou não, destinados aos imigrantes que chegassem ao Brasil.

Referências bibliográficas

CHALHOUB, Sidney. The Politics of Disease Control: Yellow Fever and Race in Nineteenth-Century Rio de Janeiro. **Journal of Latin American Studies**, EUA, v. 25, n.3, 1993. pp. 441-463.

_____. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHAVES, Cleide de Lima. Poder e saúde na América do Sul: os congressos sanitários internacionais, 1870-1889. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.20, n.2, abr.-jun. 2013, pp.411-434.

COSTA, Renato Gama-Rosa. Apontamentos para a arquitetura hospitalar no Brasil: entre o tradicional e o moderno. **História, Ciências, Saúde –Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.18, supl.1, dez.2011, pp.53-66.

CZERESNIA, Dina. Do contágio à transmissão: urna mudança na estrutura perceptiva de apreensão da epidemia. **História, Ciências, Saúde—Manguinhos**, Rio de Janeiro, vol. IV, mar.-jun. 1997, pp:75-94.

DI LISCIA, Maria Silvia; REBELO, Fernanda. Salud e inmigración: registros y repositorios en Argentina y Brasil, ca. 1890-1930. In ÁLVAREZ, Adriana (Org.). **La historia de la salud y la enfermedad Recursos archivísticos y metodológicos de un campo historiográfico en construcción**. 1ed. Mar del Plata: Editorial de la Universidad Nacional de Mar del Plata, 2018. v. 1. pp. 112-122.

HOCHMAN, Gilberto; SANTOS, Paula Xavier dos; PIRES-ALVES, Fernando. História, saúde e recursos humanos: análises e perspectivas. In BARROS, André Falcão do Rego (Org). **Observatório de recursos humanos em saúde no Brasil: estudos e análises**. v.2. Brasília: Ministério da Saúde: Estudos e Análises; Brasília: Ministério da Saúde, 2004. pp.37-50.

LUZ, Madel Therezinha. **Medicina e ordem política brasileira: políticas e instituições de saúde (1850-1930)**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

MACHADO, Ricardo. “Migração é um fenômeno da experiência humana. Entrevista especial com Denise Cogo”. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/585292-migracao-e-um-fenomeno-da-experiencia-humana-entrevista-especial-com-denise-cogo> Acesso em 2 de outubro de 2019.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Mortalidade e morbidade da cidade do Rio de Janeiro Imperial. **Revista de História**, São Paulo, n-127-128, ago-dez/92 a jan-jul/1993, pp.53-68.

MARQUES, Maria Cristina da Costa; AFONSO, Fernanda de Carvalho; SILVEIRA, Cássio Silveira. A atenção à saúde do imigrante no contexto histórico da saúde pública em São Paulo. In MOTA, André, MARINHO, Maria Gabriela S. M. C. (Orgs.) **Saúde e História de Migrantes e Imigrantes. Direitos, Instituições e Circularidades** / André Mota, Gabriela S. M - São Paulo : USP, Faculdade de Medicina: UFABC, Universidade Federal do ABC: CD.G. Casa de Soluções e Editora, 2014, pp.73-90.

PAIVA, Odair da Cruz. **Histórias da (I)migração: imigrantes e migrantes em São Paulo entre o final do século XIX e o início do século XXI**. São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2013.

REBELO, Fernanda. **A travessia: imigração, saúde e profilaxia internacional (1890-1926)**. Tese (Doutorado em história das ciências e da saúde), Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2010.

REZNIK, Luís; COSTA, Julianna Carolina Oliveira. Como manter saudáveis nossos imigrantes: preceitos higienistas na constituição da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.26, n.1, jan.-mar. 2019, pp.15-32.

SEGAWA, Hugo. Arquiteturas de hospedarias de imigrantes. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n.30, 1989, pp. 23-42.

Artigo recebido em 30/04/2022 e
aprovado para publicação em 29/10/2022